

# As opções de Sarney

por Cecília Pires  
de Brasília

O presidente José Sarney mostrava-se ontem aos olhos de seus interlocutores, no Palácio do Planalto, como um líder enfrentando uma difícil equação política, de cuja resolução depende até mesmo o tempo de sua permanência no poder: ficar com a maioria parlamentar do PMDB, que lhe é infiel mas da qual ele tanto precisará na Constituinte, ou agradar à minoria do PFL, que se diz irritada mas também da qual ele não pode dar-se o luxo de prescindir.

Se a previsão dos seus assessores mais íntimos estiver correta, o presidente tornará pública sua opção, hoje à noite, em discurso sucessivamente adiado até agora. Ontem à noite, na festa de aniversário do presidente nacional do PMDB,

deputado Ulysses Guimarães — que completou 71 anos —, os líderes do maior partido político do País estavam certos de que Sarney optaria pelo confronto com seus adversários do PMDB na Constituinte. Isso significaria abrir o governo a uma coalização com o PFL e outros partidos, como o PTB e até mesmo o seu antigo PDS.

Essa impressão generalizada na cúpula do PMDB foi reforçada pelo gesto de Sarney em sua conversa com Ulysses, 24 horas antes, no Palácio da Alvorada.

Ao deputado, informou que pretende fazer um documento — o chamado "programa mínimo de governo", base de seu discurso à Nação — para que os constituintes que o apóiam o subscrevam, nominal e individualmente, ao lado dos governadores esta-



Ulysses Guimarães

duais, sem obedecer às fronteiras partidárias.

Como a ampliação do espectro político do governo, às vésperas de uma temporada eleitoral (1988/89), prenuncia prejuízos — ou redução do espaço de poder — sobretudo para o maior partido, os líderes do PMDB saíram à ofensiva: juntaram-se na homenagem a Ulysses Guimarães, num restaurante de Brasília, e começaram a sugerir, de diferentes formas, que o presidente recue na exigência de assinaturas individuais ao seu documento.

Como fez o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), expoente da ala adversária de Sarney, no partido. Ele insistia na tese conciliadora: "A liberdade para promover a reforma ministerial, o presidente a tem, mas na democracia isso só se dá tendo em vista as forças políticas que resultaram das manifestações populares, do voto".

Os governadores do PMDB, também, começaram a pregar, em uníssono,

que o presidente não faça uma reforma, sugerindo a alternativa de uma redução no número de ministérios que possui — atualmente 27, a maior equipe governamental desde a proclamação da República, 98 anos atrás. Orestes Quércia, de São Paulo, e Moreira Franco, do Rio, juntaram-se nessa proposta. Apostam na teoria de que, se houver coalizão partidária, no âmbito de um ministério reduzido e com os postos-chave nas mãos do PMDB, majoritário, o partido manterá sua força e, talvez, a unidade.

O PFL, que hoje tem cinco importantes cadeiras na equipe de Sarney, divulgou, por escrito, uma posição coincidente. Mas acabou deixando o presidente irritado: o partido imprimiu cópias de uma carta a Sarney, elaborada por sua cúpula, com várias propostas, que ainda não foi entregue ao presidente pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), como previsto. Em linguagem diplomática, cometeu uma "gafe".

(Ver página 5)